



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

## **O massacre do Pinheirinho e o direito a moradia popular no Brasil**

Uma discussão sobre mídia, capitalismo e justiça.

Maria Luísa Leonidas Ferro

**Resumo:** A desocupação do Pinheirinho foi uma operação de reintegração de posse realizada em janeiro de 2012 na comunidade de mesmo nome, localizada no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo. A decisão de reintegração de posse foi tomada em meio a um embaraço judicial: a ação foi suspensa pela Justiça Federal no dia 20 de janeiro e não acatada pela Justiça Estadual. A legitimidade e a validade jurídica da determinação estadual foram questionadas por órgãos como OAB e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. No entanto, o STJ validou a desocupação por uma liminar emergencial que só foi anunciada horas após o começo da operação. Com base nisso, este artigo procura trazer à tona a discussão sobre a moradia popular em nosso país, assim como o papel da justiça e do Estado em casos como esse, fundamentais em acontecimentos marcantes da desocupação do Pinheirinho. Por fim, cabe explicar o lado de quem sofre as consequências da segregação da sociedade e da negligência do Estado.

**Palavras-chaves:** Moradia popular, ocupação, mídia, direitos humanos.

### **1. Introdução**

Segundo o historiador Claudio Vicentino, a formação de áreas ilegais no Brasil está diretamente ligada ao processo excludente da urbanização e da produção de habitação pelo Estado, durante todo o século XX. Em relação ao direito à moradia, a Constituição determina o reconhecimento dessa habitação digna das populações, inclusive das de baixa renda que ocupam áreas urbanas há mais de cinco anos, que vivem em assentamentos informais, e em áreas de riscos, como loteamentos populares e favelas.

A omissão do Estado em estabelecer novas políticas de habitação e com o crescimento desenfreado da cidade ilegal, na qual as famílias se apossam da terra sem compra nem título de posse, passou a ser discutido como a “mina” de ouro do urbanismo, onde sem nenhum custo inicial por parte do Estado, é “fornecido” um subsídio aos de baixa renda, procurando minimizar a participação do Poder Público na produção de moradias.

Observe o que consta no artigo 183 da Constituição Federal:

“Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

Com a adoção da usucapião urbano na Constituição, reconhece-se o direito à moradia como elemento para a aquisição do domínio de áreas urbanas abandonadas e que não cumprem a função social, sendo então, utilizadas para fins de moradia por pessoas. Pois, desde o início da formação de nossa sociedade, a desigualdade social sempre esteve presente, impossibilitando, assim, o acesso de todos os cidadãos à moradia.

## **2. A lei do mais forte**

Em 1981, um terreno de 1,3 milhões de metros quadrados, que antigamente pertencia a uma propriedade policultora, teria sido vendido ao empresário Naji Nahas. A empresa de Naji Nahas, Selecta S/A, faliu em 1990, e o terreno, localizado em zoneamento industrial, permaneceu abandonado. Após 14 anos sem nenhuma função, o terreno começou a ser ocupado por cerca de 300 famílias em 28 de fevereiro de 2004 e ganhou o nome de Pinheirinho. De acordo com lideranças do movimento, um acordo entre moradores e a prefeitura de São José dos Campos teria sido firmado no mesmo ano. Ainda em 2004, apesar das contestações a respeito do direito à propriedade de Naji Nahas, que na época era investigado pela Polícia Federal na Operação Satiagraha e devia 15 milhões de reais à prefeitura de São José dos Campos, a 18ª vara cível da capital teria tomado uma decisão favorável à massa falida do empreendimento Selecta, pedindo a reintegração de posse do terreno. Os moradores, auxiliados por movimentos políticos e sindicais, conseguiram uma liminar que suspendia a reintegração de posse na 6ª Vara Cível de São José dos Campos e no Tribunal de Justiça de São Paulo. Nos anos seguintes, a empresa falida, com o auxílio da prefeitura, explorou todas as formas possíveis de reverter à vitória judicial dos moradores. Os moradores do Pinheirinho, por

sua vez, protocolaram uma ação popular contra a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e alegaram que a administração municipal estaria se omitindo em resolver o problema dos moradores da área e colaborando com a Selecta, com uma liminar para cortar o fornecimento de água e energia elétrica da população do Pinheirinho, que só foi derrubada na última hora. Em 2006, o Ministério das Cidades se comprometeu a implantar um conjunto habitacional na área do Pinheirinho.

Em janeiro de 2012, a justiça estadual de São Paulo, por determinação da juíza Márcia Loureiro, da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, determinou que a região deveria ser desocupada e ordenou uma reintegração de posse. Em 14 de janeiro de 2012, os Pinheirenses declararam resistência à desocupação e criaram uma força equipada com resto de tambores, coletes de compensado e caneleiras de tubo PVC, que junto ao grito na garganta e o desejo de justiça, eram as únicas armas que possuíam. Em 16 de janeiro, a Polícia Militar de São Paulo usou helicópteros para lançar panfletos sobre a comunidade, que continham pedido para que os “cidadãos de bem” se retirassem pacificamente da região. Em 17 de janeiro de 2012, a PM deslocou várias unidades para a região, visando iniciar a reintegração de posse. Eram cerca de 1.500 policiais com bombas de efeito moral, gás de pimenta, balas de borracha e cassetetes. Temendo um confronto físico entre a PM e os moradores da região, a juíza federal de plantão Roberta Chiara concedeu uma liminar desautorizando a polícia a cumprir a reintegração de posse, que seria cassada ainda no mesmo dia, com a alegação de que a competência do caso não era federal.

No dia 19 de janeiro, quinta-feira, advogados dos moradores do Pinheirinho e advogados da Selecta S/A realizaram um acordo, definindo que a reintegração deveria ser suspensa por 15 dias. Nesse mesmo dia, o Ministério Público Federal denunciou a Prefeitura de São José dos Campos por omissão no caso Pinheirinho e a culpando pela falta de moradia na região. A ação também continha quatro pedidos liminares para assegurar o direito à moradia dos ocupantes do terreno. Segundo o procurador da época, a prefeitura de São José dos Campos recusou-se a inscrever a comunidade no Programa Cidade Legal, o que ajudaria a legalizar a situação dos moradores e foi pressionada pelo Ministério Público Federal a regularizá-la desde o ano seguinte a ocupação.

No dia 20 de janeiro, sexta-feira, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu a ordem de reintegração de posse da comunidade do Pinheirinho. O desembargador federal Antônio Cedenho alegou que a União passaria a integrar o processo, que interessava ao Governo Federal. Contrariando o acordo realizado no dia 19 e a decisão da Justiça Federal, a Justiça do Estado de São Paulo autorizou a reintegração de posse no dia 22. O Tribunal de Justiça considerou sua decisão soberana. Um agente da justiça federal foi pessoalmente ordenar o fim da reintegração de posse uma segunda vez, mas a PM continuou a ação. O oficial de Justiça foi até a ocupação por volta das 11 horas e entregou a decisão do juiz federal de plantão suspendendo a ação.

### **3. “Vocês têm 15 minutos pra pegar o que é importante e sair”.**

A Polícia Militar chegou ao local na madrugada do domingo, 22 de janeiro e iniciou a operação de reintegração de posse às 6 horas da manhã. Por volta das 7h, alguns moradores, que até então não haviam reagido, começaram a resistir. Segundo moradores e jornalistas, a PM teria invadido as casas e gritado com as pessoas, ordenando que elas saíssem, utilizando bombas de gás e balas de borracha indiscriminadamente, mesmo quando não havia resistência. Cerca de dois mil policiais militares contando com auxílio da guarda civil, além de dois helicópteros Águia, carros blindados, bombas de gás, balas de borracha e spray de pimenta, realizaram a reintegração de posse. Também foram enviados mais de 220 viaturas, 40 cães e cem cavalos para o local. Por volta das 17h, a Polícia Militar já detinha controle de cerca de 50% do bairro. No dia 23, a reintegração ainda não havia sido concluída e no dia 24 o governo havia demolido cerca de 40% das casas do Pinheirinho. Na noite do dia 25 de janeiro, a polícia concluiu a reintegração de posse.

A Polícia Militar alegou que a reintegração foi pacífica, mas jornais e vídeos que circularam pela internet mostram as arbitrariedades da Guarda Civil Municipal e da PM, ao espancar moradores e utilizar balas de borracha e gás de pimenta contra moradores que não apresentavam resistência a reintegração de posse. Cerca de 600 processos foram abertos contra o estado de São Paulo em nome de ex-moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos, que afirmam ter sofrido abusos durante a reintegração de posse pela Polícia Militar. Uma família de moradores desalojados afirmou ter sofrido abuso sexual e violência física por parte dos policiais, o que foi negado pela PM na época. O que consta no relatório preliminar do Conselho Estadual de Defesa dos

Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEPE), feito após recolhimento do depoimento dos moradores:

“As denúncias de violação dos direitos humanos dos moradores e moradoras do Pinheirinho apontadas na pesquisa mostram o caráter massivo e disseminado da violência da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da Guarda Municipal de São José dos Campos durante a operação de reintegração de posse, tanto na área da ocupação quanto nos bairros vizinhos, no dia 22 e nos dias subsequentes à reintegração propriamente dita e ao longo da primeira semana de vida nos abrigos improvisados nos quais a população desocupada ficou confinada.” (RELATÓRIO PRELIMINAR DA CONDEPE, 2012, pág.14)

Dezenas de pessoas ficaram feridas durante a desocupação, 30 pessoas foram detidas e 15 veículos foram incendiados. No vídeo ‘Eu queria matar a presidenta’, de Pedro Rios Leão, moradores denunciam que os feridos na operação estavam sendo transferidos para hospitais na capital e outras cidades sem o consentimento dos familiares, para que não fossem contabilizados na contagem oficial. Cinco pessoas foram declaradas desaparecidas pelos moradores no dia 26 de janeiro, mas quatro foram localizadas no dia 27. O aposentado Ivo Santos continuou desaparecido semanas depois da operação. Somente em 5 de fevereiro ele foi encontrado na UTI do Hospital de São José dos Campos. Ele teria sido espancado por três policiais militares. Ivo Santos faleceu na mesma UTI em 9 de abril e um inquérito foi aberto para investigar o espancamento. Também é possível ouvir no vídeo denúncias sobre pessoas assassinadas durante os confrontos e que nunca tiveram seus corpos encontrados. Notícias sobre essas mortes, inclusive de crianças, foram veiculadas, mas nunca confirmadas. A Polícia Militar e a Prefeitura de São José dos Campos negam os assassinatos.

“Não se removem pessoas de suas casas sem que uma alternativa de moradia adequada seja previamente equacionada, discutida em acordo com a comunidade. O Judiciário não obedeceu à legislação internacional. Não pode haver violência, especialmente com crianças, mulheres, idosos”. (Raquel Rolnik, relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada)

Os moradores desalojados foram enviados para abrigos improvisados em colégios e ginásios pela prefeitura de São José dos Campos, que não possuíam a mínima condição higiênica e sanitária, segundo denuncia o vídeo de Hiure Queiroz, que mostra a situação de mulheres grávidas e crianças num alojamento. No dia 24 de janeiro, a Defensoria Pública ajuizou uma ação civil pedindo que a Justiça obrigue a prefeitura e o Estado a fornecerem acolhimento emergencial para a população removida da região. No documento, eram exigidas "três refeições diárias, transporte escolar, medicamentos e equipe médica, além de concessão imediata de auxílio-moradia para todos os desabrigados e inclusão em programas de habitação social." Caso contrário, a ação previa aplicação de uma multa diária de R\$ 1 mil por morador desatendido. O governo de São Paulo declarou que pagaria R\$500 mensais durante seis meses às famílias, para que pudessem pagar aluguel. No entanto, o baixo valor do aluguel e a situação dos moradores, incapazes de ter fiador para consolidar o contrato de locação, impediram que a maioria conseguisse alugar moradias.

#### **4. Esquecido, mas não por todos.**

O triste episódio do Massacre do Pinheirinho não teve espaço na mídia convencional. As grandes emissoras fecharam os olhos para o que acontecia em São José dos Campos e jornalistas alegam que a PM limitava seu trabalho, impedindo a entrada deles na comunidade e entrevistas com os moradores, mas isso não significa que todos fecharam os olhos. Na internet, ele ganhou força e correu o mundo. E foi pela internet que Bruna Monteiro e Nathália Dielú conheceram a história do Pinheirinho.

Estudantes de jornalismo na época, após ter acesso ao material que circulava na internet e se comoverem com o que viram, tomaram a decisão de dar uma cobertura jornalística digna ao que acontecia naquele lugar, não só pelos pinheirenses, mas pelo jornalismo que elas acreditavam e que viam na prática que já não existia mais. Com o dinheiro que tinham juntado para viajar e comprar equipamentos, Bruna e Nathália foram para Pinheirinho. Antes, passaram no Rio de Janeiro para entrevistar Pedro Rios Leão, que tinha acompanhado de perto o que aconteceu e autor do vídeo que elas assistiram. Ao chegarem a Pinheirinho, tinham apenas uma ideia: dar voz aos pinheirenses, os mais necessitados em toda essa história e que nunca haviam sido ouvidos ou mostrados como seres humanos. Entrevistaram moradores, líderes sindicais, participaram de perto da criação da Associação Mães do Pinheirinho, que a partir da união das mulheres foi

instrumento fundamental para que elas pudessem passar por esses eventos de cabeça erguida. A partir daí, nasceu o documentário “Somos Todos”.

“O nosso objetivo era mostrar os rostos dos pinheirenses. As pessoas falavam da desocupação, mas não havia um perfil das pessoas que estavam lá e suas histórias. Encontramos gente de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco. A ideia era que a pessoa que assistisse se sensibilizasse e fizesse alguma coisa. Soubesse da existência dessas pessoas e suas dores. Não admitisse isso”. (Bruna Monteiro, idealizadora do Somos Todos).

O documentário volta-se para a sociedade, que estereotipa moradores de comunidade e acredita que determinadas crueldades são necessárias para “limpar” essas pessoas do convívio social. Com maestria, as diretoras de Somos Todos conseguem mostrar quem de verdade são essas pessoas, suas histórias de vida e suas preocupações com o futuro depois da reintegração de posse, criando uma relação com o público através dos depoimentos desses moradores, depoimentos de quem cobriu midiaticamente o dia do massacre, das imagens e da sonoplastia do mesmo dia. Construindo a ideia ao longo do filme, consegue promover uma reflexão naquele que o assiste e passa a perceber o outro lado da história.

Em dia 22 de janeiro de 2013, no Cinema São Luiz em Pernambuco, fez sua primeira exibição na “Mostra #SomosTodosPinheirinho: falar de justiça é falar de não esquecimento”. O filme teve também repercussão nacional, sendo selecionado para o Sercine, em Sergipe, e para o Festival Visões Periféricas, no Rio de Janeiro. No festival carioca, recebeu dois prêmios: na categoria Fronteiras Imaginárias e do júri do Porta Curtas. Ganhou Menção Honrosa no 15º Fescine (Festival de Curtas de Pernambuco) e foi convidado para ser exibido no Festival Curta Santos, em São Paulo. Em 22 de janeiro de 2014, foi disponibilizado no YouTube e possui 796 visualizações atualmente.

## **5. A vida depois do Pinheirinho**

Em 25 de março de 2014, a presidente Dilma Rousseff autorizou a construção de 1.461 moradias populares destinadas aos ex-moradores do Pinheirinho, tendo as obras iniciadas naquele mesmo mês. O Conjunto Habitacional Pinheirinho dos Palmares estava previsto para ser entregue em setembro deste ano, mas devido ao atraso nas

obras, já foi anunciado pela Construtora El Global, responsável pela obra, que a previsão da entrega foi alterada para março de 2016. As casas foram financiadas aos moradores pela Caixa Econômica Federal e deverão ser quitadas pelas famílias em até 120 meses de financiamento, com mensalidades equivalentes a 5% da renda familiar, sendo no mínimo 25 reais. Também foi dada aos moradores a possibilidade de trabalhar nas obras do habitacional, e para isso, foram cadastrados cerca de 300 homens e 200 mulheres.

O auxílio-aluguel dado pela Prefeitura de São José dos Campos nunca foi reajustado, permanecendo no valor de R\$ 500. Na época, os moradores reclamaram do valor, alegando que com esse auxílio era possível alugar um imóvel de apenas um cômodo na periferia de São José dos Campos. Até hoje, as reclamações persistem. Em sua defesa, a Prefeitura de São José dos Campos informa que o valor foi estipulado por uma lei que não prevê reajuste.

O Pinheirinho não é lembrado pela mídia convencional. A última notícia veiculada por um veículo relativamente reconhecido foi em janeiro de 2015, no Portal G1, relembrando os três anos da reintegração e protestando pela não entrega das moradias prometidas pelo Governo Federal. Já a mídia alternativa lembra o caso com frequência, inclusive comparando-o a outros casos semelhantes. Em julho deste ano, a Justiça ordenou a reintegração de posse de uma área chamada Fazenda Albor, localizada no limite entre os municípios de Arujá, Itaquaquetuba e Guarulhos em São Paulo. Assim que foi anunciada a ação, a mídia alternativa lançou protestos na internet, relembrando o massacre do Pinheirinho e pedindo que não se repetisse. A reintegração aconteceu em agosto e foi pacífica, além de ter tido a cobertura da mídia convencional e alternativa.

## **6. Conclusão**

Conclui-se, então, que a reintegração de posse da comunidade do Pinheirinho foi impedida de possuir uma cobertura midiática justa e transparente, pois sofreu censura por parte do Estado, algo que imaginávamos ter acabado junto com a ditadura, mas com esse caso percebemos que ela ainda está presente no meio jornalístico. Além disso, juízes, ministros, senadores e advogados publicaram artigos e manifestos seguintes ao ocorrido, declarando através de argumentos dentro da Constituição Federal a ilegalidade da operação. Os moradores do Pinheirinho tinham o direito de permanecer naquelas



terras, de acordo com o artigo 183 da nossa Constituição e, mesmo que se esse direito lhes fosse negado, eles ainda tinham o direito de retirar suas coisas de dentro das casas e alojar-se em outro local, mas isso também lhes foi negado. Os direitos humanos foram claramente violados, ao mobilizar quase toda a tropa policial em uma única ação e colocarem uma tropa de choque para atuar de surpresa contra uma população que não apresentava resistência até então. A corrupção foi a base de toda essa operação, uma vez que fica claro a relação entre o empresário Naji Nahas, o Governo do Estado de São Paulo, a mídia paulista e a Prefeitura de São José dos Campos, que em nenhum momento se prontificou em resolver a situação dos moradores desde o início da ocupação e muito menos em fazer com que a desocupação fosse organizada e pacífica. O Estado violou os direitos humanos ao alojar as pessoas em locais sem a menor estrutura e higiene, e violou principalmente a liberdade de imprensa, ao impedir o trabalho da imprensa de maneira transparente e correta.

Bruna Monteiro e Nathália Dielú são a representação de que ainda existe esperança no jornalismo. São a representação de que o sentimento de justiça é capaz de tomar conta e gerar consequências inimagináveis. Duas amigas que pegaram o dinheiro que estavam juntando para outras coisas e resolveram fazer uma cobertura jornalística em um lugar a 2.700km de distância, apenas por querer fazer um jornalismo justo que elas não encontraram e pouco se vê nas redações atualmente, e fizeram um documentário premiado e que levou milhares de pessoas a conhecerem a real história do Pinheirinho e a querer ajudar de alguma maneira. Existe gente que se sensibiliza e se revolta com as injustiças do mundo, e que deseja fazer algo para mudar aquilo.

“Não que fazer minha parte é suficiente, mas com meus vídeos, pretendo fazer as pessoas perceberem que também podem fazer alguma coisa. Falo sempre que ver é irreversível, depois não tem como “desver”. Faço filme pra criar faíscas e as pessoas fazem o incêndio”. (Bruna Monteiro, idealizadora do Somos Todos).

O Pinheirinho é apenas um exemplo de como no Brasil o capitalismo e a corrupção andam de mãos dadas, como irmãos. A nós, cidadãos, cabe a fiscalização atenta para que casos como esse do Pinheirinho não ocorram mais. Ao Estado, cabe o papel de agir justamente, não beneficiando apenas uma parte da sociedade e sim a todos de maneira igualitária e não se misturando com interesses empresariais. À imprensa, fica a parte de

não se curvar ao medo e a censura, manter-se transparente, honesta e justa, mostrando todos os lados das situações. Somente assim conseguiremos impedir que casos como esse do Pinheirinho voltem a se repetir em nosso país.

## Referências

VICENTINO, C. *História geral: ensino médio*. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2006. 501 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DE 1988**. 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccvil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 20 nov 2015.

MONTEIRO, B. Entrevista sobre Somos Todos – O Filme. [17 de novembro, 2015]. Recife: *Por Email*. Entrevista concedida a Maria Luísa Ferro

Portal G1, Polícia militar faz reintegração de posse em área da CDHU, Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2015/08/policia-militar-faz-reintegracao-de-posse-em-area-da-cdhu.html>> Acesso em 29 nov 2015

Portal G1, Obra de casas populares para ex-moradores do Pinheirinho atrasa, Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2015/01/obra-de-casas-populares-para-ex-moradores-do-pinheirinho-atrasa.html> Acesso em 29 nov 2015

Portal G1, Dilma autoriza obras de residencial para ex-moradores do Pinheirinho, Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/03/dilma-autoriza-obras-de-residencial-para-ex-moradores-do-pinheirinho.html> Acesso em 29 nov 2015

Portal G1, Ato de ex-moradores do Pinheirinho relembra três anos de desocupação, Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2015/01/ato-de-ex-moradores-do-pinheirinho-relembra-tres-anos-de-desocupacao.html> Acesso em 29 nov 2015

Relatório do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa, Disponível em: <http://www.pt-sp.org.br/download/noticia/10161/relatorio.zip>, Acesso em 29 nov 2015

FREITAS, H. Direitos sociais: direito à moradia, São Paulo: 2014. Disponível em: <http://helberfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/145423551/direitos-sociais-direito-a-moradia>

Site de Somos Todos, o filme. Disponível em: <http://www.somostodosofilme.com/>  
Acesso em 29 nov 2015

MONTEIRO, B.; DIÉLU, N. *Somos Todos – O Filme*. [Filme-vídeo]. Produção de Nathália Dielú, direção de Bruna Monteiro. São José dos Campos.